

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim *Economia & Tecnologia* publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O *download* gratuito pode ser feito no site www.economiaetecnologia.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

O Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou, em sua última reunião, um processo de flexibilização da política monetária. Na ocasião da 140ª reduziu a taxa básica de juros para 12,75% a.a. sem prejuízo para o cumprimento das metas para a inflação.

Com o arrefecimento da atividade econômica, redução da liquidez nacional e o comportamento moderado da inflação, o mercado projeta mais reduções das taxas de juros.

Para vários analistas de mercado e consultorias a previsão é de um corte maior na taxa básica de juros, de 12,75% para 11,75% ao ano na próxima reunião do COPOM, nos dias 10 e 11 de março.

De acordo com dados do IPCA calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no último trimestre de 2008 a inflação acumulada (1,09%) foi sensivelmente inferior àquela registrada em igual período de 2007 (1,43%). Com isso, a inflação alcançou 5,90% em 2008 – a maior variação desde 2005 – ante 4,46% em 2007 e 6,39% em doze meses até novembro de 2008.

A expectativa para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que serve como meta para o BACEN, caiu de 4,73% para 4,69% (2009) e ficou em 4,5% para 2010. A meta de inflação é de 4,5%, podendo chegar a 6,5% no intervalo de tolerância (teto da meta).

Para este ano, a expectativa do mercado para o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) caiu de 4,63% para 4,57%; o IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado) passou de 4,24% para 4,25%. O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) recuou de 4,53% para 4,50%.

Além disso, a previsão para o dólar no fim deste ano ficou em R\$ 2,30. Para 2010, caiu de R\$ 2,29 para R\$ 2,28. Com maiores reduções da taxa de câmbio, as pressões inflacionárias futuras tendem a se arrefecer.

Para o Banco Central do Brasil a queda de preços nos dois últimos trimestres de 2008 foi liderada pelo comportamento dos preços livres, uma vez que a inflação dos preços administrados deve mostrar maior persistência. Nos últimos meses de 2008 os preços livres registraram desaceleração em dezembro, variando 0,28% ante 0,44% em novembro, como resultado das altas de 0,17% nos preços dos produtos comercializáveis e de 0,36% nos não-comercializáveis, ante 0,60% e 0,29%, respectivamente, em novembro. Os preços monitorados variaram 0,29% ante 0,18% no mês anterior.

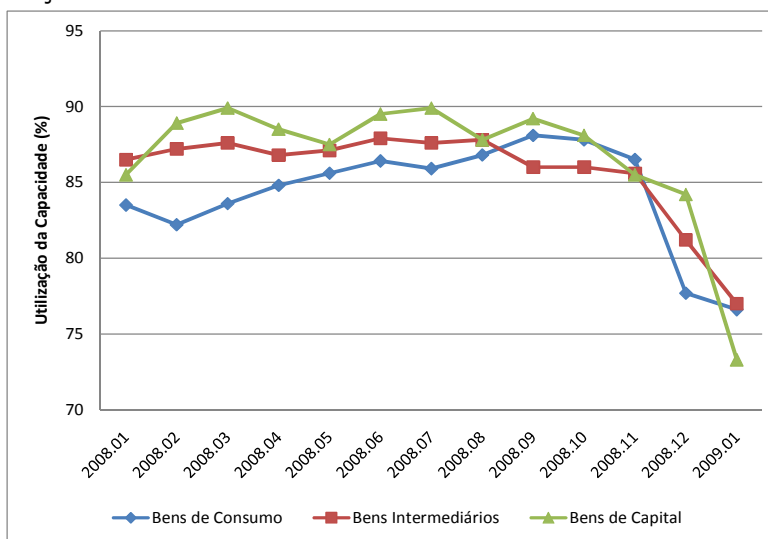
Em janeiro de 2009 o IPCA fechou em 0,48% (ante 0,28% de dezembro, como mencionado). O índice superou as expectativas de analistas, que projetavam a taxa entre 0,35% e 0,40% em janeiro. O valor real acima do valor esperado da inflação se deve ao reajuste médio de 3,24% dos ônibus urbanos. Além disso, o grupo alimentação teve bastante influência, pois subiu de 0,36% em dezembro para 0,75% em janeiro. A alta foi provocada por aumentos de produtos como frutas (2,98%), batata (15,01%) e cenoura (18,24%), que costumam subir no começo do ano por conta das chuvas. Neste contexto, evidencia-se a sazonalidade do repique inflacionário.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O início do ano de 2009 vem apresentando indicadores econômicos preocupantes, demonstrando que a crise financeira vem, de fato, atingindo o “lado real” da economia. Os números divulgados relativos ao nível de produção e emprego na maioria dos países, com destaque para as nações mais industrializadas, mostram um aprofundamento da crise econômica.

No caso brasileiro os indicadores não são tão críticos, porém já são motivo de preocupação. O Gráfico 1 apresenta o nível de utilização da capacidade instalada da indústria brasileira por categoria. Fica bastante evidente a forte queda na utilização da capacidade, especialmente nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009.

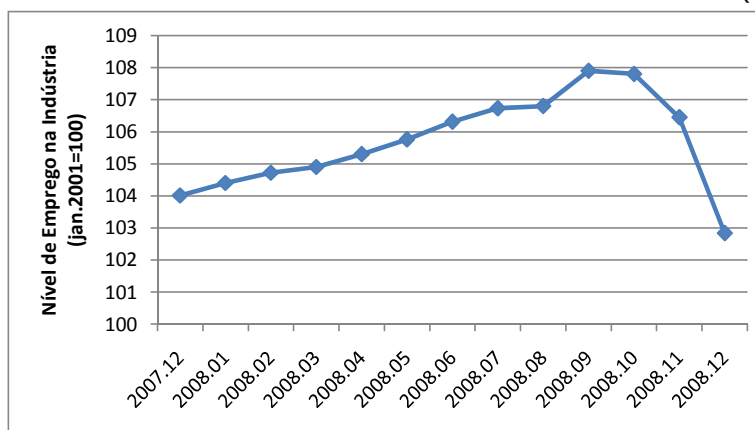
GRÁFICO 1 - UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NA INDÚSTRIA



Fonte: FGV/Conjuntura Econômica

A categoria de bens de capital foi a mais afetada, caindo de um nível de utilização máximo (para o período considerado) de 89,9% em julho de 2008 para 73,3% em janeiro de 2009. Esse resultado é reflexo, possivelmente, da forte piora nas expectativas dos agentes econômicos em relação ao ano de 2009. Com a perspectiva de queda na demanda por produtos industrializados, os empresários tendem a reduzir o nível de produção e utilização da capacidade, e, conseqüentemente, o nível de emprego na indústria tende a cair, reforçando a tendência do ciclo de queda. O Gráfico 2 confirma tal comportamento para o nível de pessoal ocupado assalariado na indústria.

GRÁFICO 2 - PESSOAL OCUPADO - ASSALARIADO - INDÚSTRIA GERAL - ÍNDICE (JAN. 2001=100)



Fonte: IBGE/Pimes

ECONOMIA PARANAENSE

As taxas de crescimento do PIB dos estados do sul do Brasil apresentaram um crescimento relativamente fraco entre 2002 e 2006. Na maior parte desses cinco anos, a taxa ficou abaixo da brasileira, embora para o período 1994-2006, apenas a taxa de crescimento do Rio Grande do Sul tenha ficado abaixo da brasileira. De qualquer forma, cabe notar que a taxa de crescimento desses três estados tenha ficado abaixo da taxa média do crescimento de todos os estados.

TABELA 1 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB ESTADUAL E NACIONAL: 1994-2006

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Média do Período
Acre	1.57	4.13	3.81	1.46	4.06	3.6	4.25	4.53	4.78	4.13	7.33	6.7	5.4	4.29
Alagoas	7.17	-1.74	1.29	5.19	2.66	-0.07	1.93	1.72	0.49	-0.72	4.4	4.27	4.4	2.38
Amazonas	23.69	22.58	14.8	11.04	1.15	2.92	9.3	4.17	7.9	4.41	10.27	9.67	2.6	9.58
Amapá	5.08	4.52	5.02	5.41	-0.54	2.39	5.66	5.72	5.95	7.83	7.88	5.8	5.8	5.12
Bahia	3.59	1.02	2.68	6.56	1.69	2.18	3.89	0.99	0.99	2.14	9.35	4.61	2.7	3.26
Ceará	6.26	1.52	3.93	3.62	2.14	1.69	4.01	-1.1	2.74	1.6	4.75	2.7	8	3.22
Distrito Federal	2.88	3.52	2.62	4.46	2.84	3.16	3.23	2.5	2.68	1.8	4.94	4.71	5.4	3.44
Espírito Santo	6.7	0.43	6.03	1.74	2.85	2.68	7	0.44	5.79	1.48	5.72	4.01	7.7	4.04
Goiás	2.71	1.84	3.67	5.27	2.19	3.17	5.11	4.32	4.67	4.24	4.91	3.96	3.1	3.78
Maranhão	2.27	1.55	4.6	2.05	-5.51	4.37	5.05	1.91	2.42	4.29	8.97	7.09	5	3.39
Minas Gerais	5.55	3.16	5.42	3.66	0.59	1.62	5.09	0.09	2.61	1.31	5.85	3.82	3.9	3.28
Mato Grosso do Sul	3.39	4.96	3.36	4.33	3.17	2.43	2.06	8.1	2	7.97	-2.21	3.06	5.2	3.68
Mato Grosso	11.89	1.95	3.97	5.58	7.21	8.67	7.84	6.69	9.11	3.72	16.02	5.12	-4.6	6.40
Pará	-1.6	0.03	1.1	2.9	2.21	4.71	5.14	4.66	3.6	6.15	7.11	4.05	7.1	3.63
Paraíba	12.96	4.01	3.08	3.24	-3.42	5.37	6.7	0.6	4.52	5.26	2.64	3.41	6.7	4.24
Pernambuco	3.6	4.38	0.33	4.06	-0.5	1.55	5.04	1.81	3.73	-0.64	4.08	3.82	5.1	2.80
Piauí	7.64	1.98	4.68	0.89	1.75	3.25	3.27	1.25	0.72	5.69	5.81	4.55	6.1	3.66
Paraná	5.51	1.78	7.24	0.89	5.3	2.32	5.06	4.59	1.46	4.62	4.64	-0.26	2	3.47
Rio de Janeiro	2.38	2.54	2.03	1.08	2.52	1.76	2.89	1.23	4.67	-0.98	3.26	2.73	4	2.32
Rio Grande do Norte	10.06	4.63	3.06	6.27	2.29	3.2	4.1	1.36	2.3	1.49	3.59	3.59	4.8	3.90
Rondônia	8.78	3.34	4	1.15	-0.75	5.46	4.3	6.54	9.13	5.46	9.01	4.38	3.6	4.95
Roraima	3.54	4.74	4.28	3.46	-0.43	4.8	4.49	5.87	5.95	3.48	5.75	4.23	6.3	4.34
Rio Grande do Sul	5.19	-5.01	0.47	6.06	-0.53	3	4.44	3.03	1.22	1.8	3.05	-3	4.7	1.88
Santa Catarina	3.34	5.77	4.11	5.25	0.58	3.83	4.62	3.88	1.39	1.18	7.32	1.41	2.6	3.48
Sergipe	2.4	1.03	4.31	7.18	0.88	1.28	3.28	0.3	3.22	2.77	6.46	5.2	4.1	3.26
São Paulo	5.94	4.68	2.65	3.84	0.31	0.36	3.7	1.18	0.82	-0.3	5.87	3.44	4	2.81
Tocantins	2.68	4.34	3.6	3.92	3.94	3.28	3.65	0.42	2.54	10.29	7.41	6.93	3.1	4.32
Brasil	5.33	4.42	2.15	3.38	0.04	0.25	4.31	1.31	2.66	1.15	5.71	3.16	3.97	2.91
Média dos Estados	5.75	3.25	3.93	4.09	1.43	3.07	4.63	2.84	3.61	3.35	6.08	4.07	4.40	3.89

Fonte: Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais, sendo ambas do IBGE. Números em vermelho indicam um crescimento do PIB estadual abaixo do PIB brasileiro, enquanto os números em azul indicam o oposto.

O desempenho relativamente fraco nos anos do governo Lula se deve, parcialmente, à performance do setor agropecuário, como podemos ver na Tabela 2.

TABELA 2 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DA AGROPECUÁRIA DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL E BRASIL: 1994-2007

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Média do Período
Paraná	54.19	-46.90	51.71	11.01	3.48	-0.34	-4.33	-3.12	-15.65	35.03	-8.85	-29.71	-0.82	3.81
Rio Grande do Sul	37.90	-13.92	-2.83	-9.19	7.85	-3.26	-5.32	22.65	-34.38	32.59	-15.82	-35.50	35.12	1.33
Santa Catarina	55.64	-21.84	-2.57	-5.38	-0.63	7.83	10.64	-0.62	-31.82	26.76	-3.25	-12.64	-14.59	0.63
Brasil	7.44	5.74	2.95	0.81	3.41	6.53	2.72	6.06	6.58	5.81	2.32	0.30	4.52	4.60

Fonte: Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais, sendo ambas do IBGE. Números em vermelho indicam um crescimento do PIB estadual abaixo do PIB brasileiro, enquanto os números em azul indicam o oposto.

SETOR EXTERNO

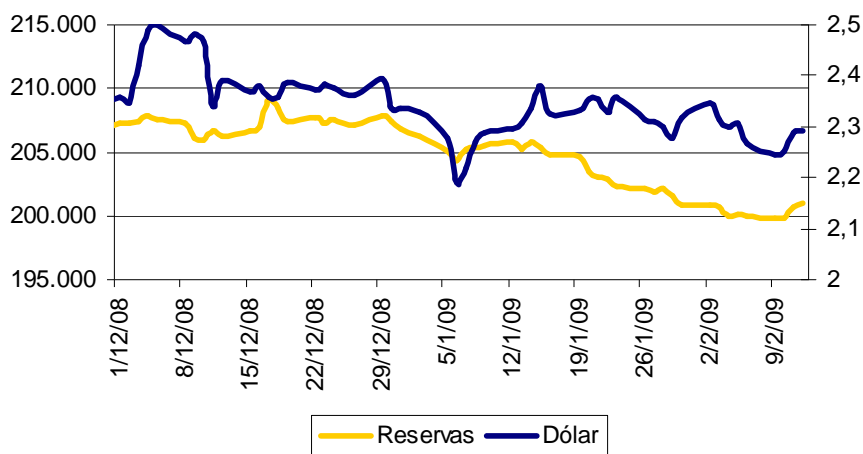
O Brasil exportou no mês passado o equivalente a US\$ 466,1 milhões por dia útil. Essa estatística resulta de uma queda de 25,8% em relação ao mês anterior, grande o suficiente para que a balança comercial apresentasse o primeiro déficit desde março de 2001. O valor das importações por dia útil diminuiu 6,25% em relação ao mês anterior, para US\$ 490,8 milhões, e portanto a balança comercial brasileira apresentou, na média, US\$ 24,7 de déficit por dia útil, ou US\$ 518 milhões nos 21 dias úteis de janeiro.

De maio de 2008 ao mês passado, o valor das exportações brasileiras por dia útil caiu 51,7%, e o das importações, 35,6%. A corrente de comércio, equivalente à soma das importações e exportações, reduziu-se em 23,8% no mesmo período, de US\$ 1,256 bilhão por dia útil em maio para US\$ 956,9 milhões em janeiro, atingindo seu menor valor desde fevereiro de 2007.

Com relação às reservas internacionais, o Banco Central apresentou um saldo de US\$ 200,955 bilhões no dia 12 de fevereiro, praticamente o mesmo nível de reservas do início do mês (US\$ 200,755 bilhões em 02/02), mas 2,53% menor do que em 02 de janeiro (US\$ 206,185 bilhões). O total de títulos adquiridos com acordo de recompra em janeiro deste ano pela autoridade monetária foi de US\$ 2,014 bilhões, valor 88% menor que o registrado no mesmo mês do ano anterior (US\$ 16,877 bilhões), o que pode indicar que o novo patamar do dólar impeliu o Banco Central a uma atitude mais conservadora no que tange ao acúmulo de reservas.

No dia 12 de fevereiro o dólar fechou a R\$2,2909, acumulando queda de 2,41% no mês. A média do valor do dólar em dezembro foi de R\$2,3944, em janeiro R\$2,3074 e em fevereiro, até o dia 12, é de R\$2,2898. Alguma volatilidade ainda é sentida, sinal das reações do mercado aos constantes anúncios de pacotes de ajuda econômica em diversos países, como se observa no gráfico abaixo. Como já observado em meses anteriores, o nível de reservas internacionais parece não influenciar determinantemente o câmbio.

GRÁFICO 3 – DÓLAR AMERICANO VENDA (PTAX) E RESERVAS INTERNACIONAIS (CONCEITO LIQUIDEZ TOTAL)



FONTE: Banco Central.

O investimento brasileiro no exterior em dezembro de 2008 foi de US\$ 3,148 bilhões, valor 16,72% inferior ao de dezembro de 2007. Apesar do resultado dos últimos meses do ano, o valor de investimento nacional no exterior cresceu 189,47% em 2008, com relação a 2007, atingindo US\$ 20,457 bilhões.

O nível de investimentos diretos externos recebidos em 2008 foi recorde (US\$ 45,060 bilhões), o que representa uma alta de 29,27% em relação a 2007. A meta do Banco Central era atingir a soma de US\$ 35 bilhões em 2008.

FINANÇAS PÚBLICAS

Em dezembro, as receitas do governo central totalizaram R\$69,3 bilhões, valor 25,4% superior ao registrado em novembro. Destaca-se o aumento nas receitas da previdência social no valor de R\$9,41 bilhões, devido ao aumento de arrecadação nas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificações natalinas. As despesas com benefícios previdenciários, por sua vez, apresentaram acréscimo de R\$3,4 bilhões, o que possibilitou um resultado líquido positivo do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) de R\$1,74 bilhões, o primeiro desde abril de 1997.

O Tesouro Nacional (TN) também apresentou acréscimo na arrecadação em dezembro no valor de R\$4,7 bilhões, devido, sobretudo, à fatores sazonais na arrecadação do IRRF – Rendimentos de Capital (R\$ 3,1 bilhões). Suas despesas, no entanto, aumentaram devido aos aumentos nas rubricas Custeio e Capital e Pessoal e Encargos Sociais (R\$11,7 bilhões) e ao aporte de R\$14,2 bilhões para a primeira compra de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) para o Fundo Soberano do Brasil (FSB). Isso gerou um déficit de R\$21,7 bilhões, o maior em toda a série histórica iniciada em janeiro de 1997. Em face disso, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$20 bilhões no mês.¹

No acumulado do ano, o resultado do governo central, líquido de transferências a estados e municípios, foi superavitário em 2,46% do PIB, ante os 2,3% de 2007. Considerando os aportes do FSB, o resultado primário foi de 2,95% do PIB. No ano as receitas somaram R\$716,7 bilhões, contra R\$618,87 em 2007, ambos em termos nominais. Este acréscimo se deve sobretudo ao aumento do dinamismo econômico verificado até o mês de outubro, que repercutiu nos aumentos de arrecadação do IRPJ (R\$14,8 bilhões), CSLL (R\$9,6 bilhões), IRRF-RT (R\$9,3 bilhões), Cofins (R\$ 18,3 bilhões) etc.

TABELA 3 - RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL - DEZEMBRO DE 2008

Descrição	Nov/08	Dez/08	Var (%)	Jan a dez de 2007	Jan a dez de 2008	Var (%)
Receita total	55.273,6	69.330,2	25,4	618.873	716.647	15,8
Receitas do tesouro	41.496,7	46.151,5	11,2	477.142	551.332	15,5
Receitas da previdência social	13.559,2	22.964,2	69,4	140.412	163.355	16,3
Receitas do banco central	217,7	214,6	-1,4	1.319	1.959	48,5
Transf. a estados e municípios	14.261,4	14.515,9	1,8	105.605	133.076	26,0
Despesa total	45.434,0	60.593,3	33,4	455.443	497.926	9,3
Pessoal e encargos sociais	12.456,1	15.859,9	27,3	116.372	130.829	12,4
Benefícios previdenciários	17.783,9	21.226,7	19,4	185.293	199.562	7,7
Custeio e capital	14.819,7	23.087,8	55,8	151.293	164.061	8,4
Transf. do tesouro ao banco central	106,0	145,9	37,7	521	1.043	100,2
Despesas do banco central	268,3	273,0	1,7	1.964	2.431	23,8
Fundo Soberano do Brasil	-	14.244,0	-	0	14.244	-
Resultado primário governo central	-4.421,8	-20.023,0	352,8	57.825	71.401	23,5
Tesouro nacional	-146,5	-21.702,1	14.716	103.352	108.080	4,6
Previdência social	-4.224,7	1.737,5	-141,1	-44.882	-36.207	-19,3
Banco central	-50,6	-58,4	15,3	-645	-472	-26,8
Result. prim. do gov. Central/PIB ⁽¹⁾	-3.282,7	nd	-	2,30%	2,46%	-
Juros nominais	-4.884,7	nd	-	-111.877⁽²⁾	-81.890⁽²⁾	-26,8
Resultado nominal do gov. central	-8.167,5	nd	-	-43.750⁽²⁾	10.170⁽²⁾	-123,2

FONTE: Resultado Fiscal do Governo Central. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/Tabela1.xls>. Acesso em: 13/02/2009.

NOTAS: (1) Valores referentes ao resultado primário pelo critério abaixo da linha, com ajuste metodológico e correção da discrepância estatística. (2) Referentes a janeiro e novembro dos anos respectivos.

Entre novembro e dezembro o estoque da Dívida Pública Federal (DPF) aumentou 1,67%, de R\$1.374 bilhões para R\$1.397 bilhões. Neste mês, a DPF ficou composta por 32,19% de títulos com remuneração prefixada, 35,83% indexados à taxa Selic e 29,34% indexados à índices de preços. Seu prazo médio passou de 42,33 para 4,02 meses e seu custo médio de 15,71% ao ano para 15,91% ao ano.²

¹ Mais detalhes sobre o FFIE e o FSB, bem como os dados utilizados nesta nota, ver Resultado do Tesouro Nacional 01/2009. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/2008/Nimdez2008.pdf>. Acesso em: 13/02/2009.

² Informação extraídas do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal 12/2008. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/divida_publica/relatorio_dez08.pdf. Acesso em: 12/02/2009



BOLETIM ECONOMIA & TECNOLOGIA
Informativo do Mês de Fevereiro de 2009

<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/>



Carlos Eduardo Fröhlich. Matemático e Graduando em Ciências Econômicas pela UFPR. Supervisor geral do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: Macroeconomia e Economia Internacional.

carlos.e.frohlich@gmail.com

Geraldo Augusto Staub Filho. Bacharel em Direito e Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Membro da equipe do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: Macroeconomia e Economia Internacional.

gutostaub@yahoo.com.br

Guilherme Ricardo dos Santos Souza e Silva. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Consultor do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). Colaborador do boletim de *Economia & Tecnologia*. Foco de estudo na área de Macroeconomia.

guilherme.fdg@uol.com.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da UniBrasil. Colaborador do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: Inflação e Política monetária.

lucianofq@gmail.com

Luciano Nakabashi. Doutor em economia pelo CEDEPLAR/UFMG, professor adjunto do departamento de economia da UFPR e coordenador do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: macroeconomia e crescimento econômico.

luciano.nakabashi@ufpr.br

Rafael Camargo de Pauli. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Colaborador do boletim de *Economia & Tecnologia*. Área de concentração: Finanças públicas.

rafaelcdp@gmail.com